

Amato usa prestígio da Fiesp para influir nos trabalhos constituintes

AMUNDSEN LIMEIRA

Da Reportagem Local

Por trás da composição que o empresário Mario Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), vem articulando junto às principais lideranças políticas do país há o interesse de influir nos rumos do Congresso constituinte. Embora considere importante as negociações em curso com trabalhadores, tem jogado todo o prestígio da entidade na tentativa de alinhar com a classe política um "entendimento" que anule a força de propostas como estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho, tidas como "inexequíveis" em um país com as características do Brasil.

Nesses encontros, intensificados a partir do final do mês passado, os argumentos utilizados pela Fiesp são passados aos políticos carregados de nuvens negras. Nelas, conforme apurou a Folha, a entidade empresarial, representando interesses de setenta mil indústrias que empregam 1,8

milhão de pessoas, procura expor a "gravidade da crise que hoje o Brasil atravessa" e a necessidade de um apoio mais efetivo ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Em seguida, alerta que um entendimento em torno desses pontos é fundamental para a própria estabilidade do governo do presidente José Sarney, que foi informado das intenções da classe empresarial durante audiência concedida em 8 de julho, no Palácio do Planalto.

"Queremos evitar que o anteprojeto da nova Constituição vá a plenário com posições conflitantes. Ao procurarmos os políticos, nossa intenção é encontrar um caminho através do qual eles possam receber propostas conciliatórias", declara Ruy Altenfelder, 48, diretor-tesoureiro da Fiesp e presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Altenfelder reforça a posição dos empresários contrária à estabilidade noventa dias após a data de admissão e à redução da jornada de trabalho.

Diz que "aquilo que às vezes é possível para a grande empresa é inexequível para as micro e pequenas empresas. São coisas que não se obtêm através de texto constitucional". Ele, no entanto, admite colocar na pauta das discussões a figura da garantia no emprego mediante condições previamente estabelecidas e o seguro-desemprego, "que deve existir, mas não sob a forma como foi colocada no anteprojeto".

Foi a partir da constatação de que era preciso evitar que na hora da votação a Constituição pudesse resultar no que chamaram de interminável emaranhado de impropriedades, redundâncias, inépcias e absurdos, principalmente na área social, que os empresários partiram para o corpo-corpo com os políticos. A decisão foi tomada no início de junho, durante um café da manhã realizado na sede da Fiesp com a participação de quarenta representantes de todos os segmentos da economia nacional, preocupados com o que classificaram de "grau extremo de ingovernabilidade a que o país estava chegando", "os níveis de inadimplência no mercado" e o processo de demissões anunciando a recessão.

Os empresários foram, em 30 de junho, recebidos pelo presidente do PL, deputado Alvaro Valle, e pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi. No dia seguinte, estiveram com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, com o presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e com o presidente do PFL, senador Marco Maciel. A todos era enfatizada a necessidade de um pacto político precedido ao pacto social, sugerindo-se que por seis meses as empresas passariam a operar com lucros menores desde que conseguissem o apoio dos trabalhadores, que o governo realmente adotasse uma política de austeridade e que os próprios políticos não pressionassem por mais verbas para não aumentar ainda mais o déficit público.

Para não criar constrangimentos, um grupo de empresários liderado por Mario Amato apressou-se em procurar o presidente José Sarney. Em audiência concedida no dia 8 de julho, Sarney foi informado das articulações em andamento e que prosseguiram com o senador Mário Covas, há vinte dias, com o presidente do PT, Luis Inacio Lula da Silva, há dez dias, e com o presidente do PDT, ex-governador Leonel Brizola, na última segunda-feira. "A intenção do presidente Mario Amato é continuar mantendo contatos sistemáticos com os políticos. Ele entende que para se chegar à nova Constituição o entendimento é fundamental e isso só se consegue através do diálogo", ressalta Altenfelder.



Luiz Carlos Murakaskas-24 Jul. 87

Amato recebe o presidente da Central Unica dos Trabalhadores, Jair Meneguelli



Vidal Cavalcante-27 Jul. 87

Amato reúne-se com Luiz Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

Brizola participa de reunião com o empresário

Da Sucursal do Rio

O ex-governador do Rio e presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, disse ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, e a outros 23 banqueiros e empresários, durante jantar, na última segunda-feira, na casa do deputado Adhemar de Barros Filho, em São Paulo, que sonha com "uma reforma sem radicalismos" do modelo econômico brasileiro, nos moldes da social-democracia europeia, "mas com um pouco de pimenta malagueta", como disse, numa referência ao seu projeto de estatizar os bancos privados que, no seu entender, fazem remessas excessivas de dólares para o exterior e com isso "alimentam a inflação no Brasil".

Brizola disse aos empresários que, no quadro delicado da atual situação brasileira, "é preciso mais do que nunca, que os líderes empresariais e políticos conversem e negociem". Embora o Brasil não se encontre em guerra, o presidente do PDT chegou a citar o exemplo dos ex-chanceleres dos Estados Unidos e do então Vietnam do Norte, respectivamente Henry Kissinger e Le Duc Tho, que mantiveram conversações durante seis anos consecutivos, em Paris, até conseguirem a paz no Vietnam.

O jantar foi acertado pelo deputado federal Roberto d'Ávila (PDT-RJ), o mesmo que articulou os encontros de Brizola com empresários fluminenses, dia 23 de junho no Rio, e com o presidente nacional do PFL, Marco Maciel, dia 26 de junho, também no Rio. D'Ávila disse quarta-feira à Folha que a idéia do jantar em São Paulo surgiu numa conversa sua com Mario Amato, que, segundo o deputado pedetista, em nenhum momento disse ter recebido para isso delegação especial do presidente José Sarney, ao contrário de Maciel, que admitiu estar negociando "um pacto político com apoio entusiástico do presidente".

Embora Amato não se tenha declarado delegado de Sarney no encontro, D'Ávila observou que tanto o presidente da Fiesp como o presidente do PFL, em seus encontros com Brizola, afirmaram que "cabe às lideranças nacionais procurar uma saída para a crise brasileira". D'Ávila disse que "muitos dos empresários, presentes ao jantar concordaram com a tese de Brizola de que a transição brasileira se encontra estagnada e o país necessita de eleições presidenciais o mais rápido possível".

Ao final do jantar, Amato declarou-se "muito bem impressionado

com as colocações de Brizola" e comentou, brincando, ao despedir-se do ex-governador: "Pelo seu jeito de falar, o sr. até nos confunde".

Sabatina

O deputado federal César Maia (PDT-RJ), também presente ao jantar, disse, também na quarta-feira, que "na realidade Brizola foi submetido a uma verdadeira sabatina pelos empresários". Maia contou que todos eles frisavam, antes de apresentar suas perguntas, um a um, que discordavam das posições de Brizola. Em seguida, faziam as perguntas, de forma direta, para saber as posições do ex-governador sobre relações entre Estado e iniciativa privada, privatização de empresas do setor energético, encampação de empresas de transporte e fonte de recursos para a campanha brizolista.

As respostas de Brizola, segundo César Maia, "foram quebrando o gelo". O ex-governador, depois de dizer que, embora com poucos recursos para a campanha, saberá "aproveitar os minutos" do horário eleitoral gratuito na TV, fez uma pausa e anunciou: "E vou também passar o meu pires por aqui". Nildo Massini, um dos vice-presidentes da Fiesp, respondeu: "Pode contar com a gente e passar o pires".